

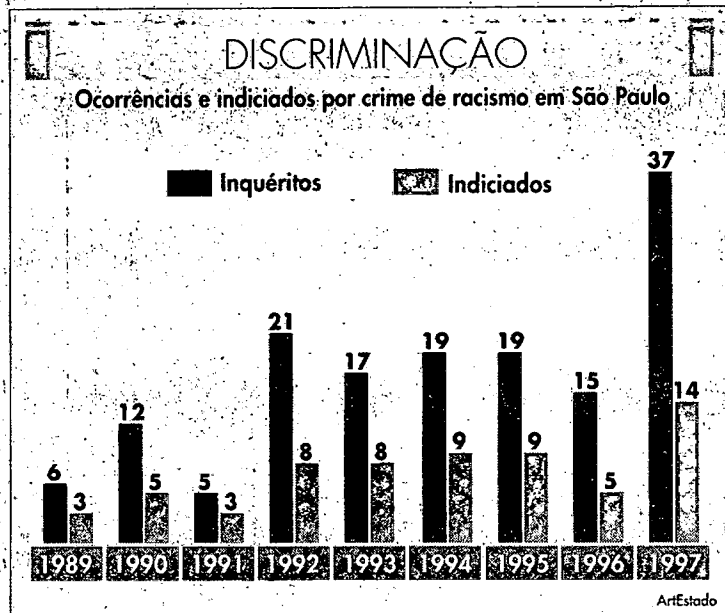
Preconceito continua impune no Brasil

A pesar de existirem leis e alguns inquéritos, ninguém foi condenado por racismo

MURILO FIUZA DE MELO

RIO – Levantamento realizado pelo promotor e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Christiano Jorge Santos mostra que o crime de discriminação ainda é ignorado pela polícia e Justiça no País. Em 22 Estados, entre 1995 e 2000, foram registrados 1.050 boletins de ocorrência, que resultaram em 651 inquéritos. Deste total, porém, apenas 394 viraram processos judiciais. Jorge Santos não conseguiu identificar nenhuma condenação.

O trabalho do promotor, resultado de sua tese de mestrado em Direito Penal, concentra-se na aplicação da Lei Federal 7.716, que qualifica como crime a discriminação racial, étnica, religiosa e por procedência nacional. “O Brasil tem mais outras 14 leis que punem o preconceito, mas são pouco aplicadas”, afirma. “Nos 12 anos de existência da lei, o Supremo Tribunal Federal (STF) jamais



julgou um caso de discriminação em seu mérito.”

Em São Paulo, entre 1989 e 2000, foram instaurados 285 inquéritos, mas menos da metade dos envolvidos – 107 pessoas – foi indiciada. Do total dos inquéritos, 241 foram abertos sob a acusação de crime por injúria qualificada. Apenas 44 enquadram os acusados na Lei 7.716. “O desinteresse pela matéria é reflexo do desconhecimento da legislação por parte da população e mesmo de delegados, promo-

tores, juízes e advogados.”

Outro fator para pouca aplicabilidade da lei é, segundo o promotor, a dificuldade de provar o crime de racismo.

Bolsas – O Centro de Desenvolvimento de Tecnologia e Recursos Humanos vai conceder bolsas de estudos a jovens negros que cursam a 8.ª série do ensino fundamental. O programa foi apresentado ontem em *São José dos Campos*, quando foi firmado um convênio com a União de Jovens Afro-Descendentes.